

Eleições e economia

Márcio G. P. Garcia

05/10/2001

Recentemente um outro escriba desta coluna, o prof. Guido Mantega, foi objeto de repreensões por parte de importantes políticos do PT devido a declarações sobre o programa econômico daquele partido. Sem querer me meter nos problemas internos do PT, que dizem respeito somente aos seus militantes, gostaria de manifestar minha solidariedade ao prof. Mantega.

Os leitores habituais desta coluna não de estranhar tal atitude, uma vez que minhas opiniões econômicas são em geral bastante distintas das dele. Não obstante, no conflito interno do PT, o prof. Mantega está defendendo posições econômicas mais consistentes do que as de seus adversários. E tal conflito passa a afetar a vida de todos os cidadãos brasileiros na medida em que cresce a probabilidade de as oposições ganharem as próximas eleições presidenciais daqui a menos de um ano.

Costumo dizer aos meus alunos da PUC-Rio que o economista ocupa freqüentemente a posição do sujeito chato que ao final do banquete tem que promover a divisão da conta. É difícil que alguém o ache simpático. É muito melhor pensar que é possível não se pagar a conta, como se o ônus fosse sumir. No mundo real, contudo, os custos são sempre cobrados.

É da função do economista tentar promover a eficiência, tanto alocativa como distributiva, dados os recursos escassos disponíveis. Dizer que a dívida externa é injusta e fazer um referendo para não pagá-la provavelmente granjeia simpatia e votos. Já ter tal proposta no programa econômico de um partido de oposição que tem grande chance de ganhar as eleições só logra aumentar o risco Brasil e deteriorar ainda mais nossas condições econômicas. Mais ainda, se de fato o PT ganhar, dar o calote na dívida externa provavelmente não será uma política que aumentará o consumo de massa, uma vez que absorvemos liquidamente recursos vindos do exterior (o que equivale à nossa conta-corrente do balanço de pagamentos ser deficitária). Ou seja, a dependência externa tem vários males, mas desde o início da década passada, temos sido absorvedores de recursos externos, e é provável que tal quadro se estenda para o futuro quando as economias centrais voltarem a crescer e o mercado financeiro internacional se normalizar. Em suma, a inserção na economia internacional é de nosso interesse na medida em que facilita o crescimento econômico que é indispensável para a melhora das condições de vida da população.

Muitos políticos da oposição já entenderam esse argumento, mas hesitam em abraçá-lo para não perder os votos fáceis que a dicotomia clara entre o bem e o mal proporciona. Na medida em que a vitória da oposição se afigura mais provável, vários de seus próceres têm praticado um discurso duplo. Para os "capitalistas" tentam mostrar-se afáveis e preocupados apenas com a justiça social, sem, contudo, ameaçar os direitos de propriedade. Para os "trabalhadores" adotam um discurso radical e maniqueísta, no qual o FMI é culpado de quase tudo, sendo os economistas neoliberais assassinos locais culpados do resto.

Claro está que tal esquizofrenia não pode redundar em boa coisa. Ninguém é enganado. Frente à ambigüidade entre o discurso e a ação, o investidor assume que está diante de um lobo em pele de cordeiro e se retrai como se fosse levar o calote. Por outro lado, como se viu nas críticas ao prof. Mantega, os radicais tampouco acham graça em abandonar o discurso maniqueísta, mesmo quando praticam a austeridade fiscal em suas prefeituras.

Toda crise encerra em si uma ameaça e uma oportunidade, e a atual não é exceção. A grande oportunidade encerrada na crise atual reside exatamente na interação entre a economia e a política. Um teste fundamental para se verificar se um regime é verdadeiramente democrático é haver a alternância no poder entre situação e oposição. Nas democracias consolidadas, tal transição se faz sem maiores abalos econômicos ou políticos.

Caso venha-se a eleger um governo de oposição, e esse se mostre capaz de praticar uma política econômica consistente que promova o crescimento econômico e a distribuição de renda, nossa democracia estará consolidada e passaremos a figurar no seleto rol de países que podem ter transição de poder sem maiores abalos econômicos e políticos. Para isso é fundamental que a oposição abandone o discurso dúbio em prol de posições econômicas consistentes, que constituem hoje a regra internacional entre diversos partidos outrora na oposição e hoje no poder. Seria melhor para a oposição e certamente melhor para o Brasil.

Márcio G. P. Garcia, p.H.D. por Stanford, é diretor do departamento de economia da PUC-Rio, pesquisador do CNPq e escreve mensalmente às sextas-feiras. Home page: www.econ.puc-rio.br/mgarcia